

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 286

Período: 29/03/2008 a 04/04/2008

GEDES – Brasil

- 1- Ministério da Defesa coordena busca de guerrilheiros mortos no conflito do Araguaia
- 2- Comandante da Aeronáutica pode ser indiciado em Tribunal Internacional
- 3- Militares da reserva se mobilizam para a revitalização de prédio histórico
- 4- Forças Armadas auxiliam no combate à dengue na cidade do Rio de Janeiro
- 5- Exército auxilia Ibama no combate a garimpos ilegais
- 6- Forças Armadas temem ameaças fronteiriças decorrentes da consolidação de reserva indígena em Roraima
- 7- General-de-brigada opina sobre o emprego das Forças Armadas em obras de infra-estrutura
- 8- Coluna opinativa discute pertinência e viabilidade da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa

1- Ministério da Defesa coordena busca de guerrilheiros mortos no conflito do Araguaia

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Ministério da Defesa está coordenando a busca de restos mortais dos 58 guerrilheiros mortos na Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 e 1975. Nelson Jobim, ministro da Defesa, e Tarso Genro, ministro da Justiça, encontraram-se no dia 28/03/2008 para discutir a participação da Polícia Federal na força-tarefa. Genro elogiou o trabalho da Polícia Federal frente ao compromisso para com a sentença judicial que determinou a abertura de arquivos das Forças Armadas e a coleta de informações em associação com os militares que estiveram presentes no conflito, auxiliando assim na localização dos restos mortais dos guerrilheiros. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, José Vargas Jiménez, tenente da reserva, afirmou que os guerrilheiros presos ou assassinados no período do seu comando frente a um dos Grupos de Combate (outubro/1973 a fevereiro/1974) foram transportados para as bases militares próximas da região do conflito..O jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou a opinião de Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, segundo o qual as Forças Armadas possuem arquivos secretos sobre prisões e mortes de pessoas ligadas à militância política durante a ditadura militar. (*Jornal do Brasil – País – 29/03/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/03/08*).

2- Comandante da Aeronáutica pode ser indiciado em Tribunal Internacional

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Federação Brasileira das Associações de Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta) ameaça levar o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ao Tribunal Internacional de Haia, alegando que os oficiais, por ordem do comando, abandonaram os centros de controle do vãos nos dias seguintes ao motim que paralisou, por mais de cinco horas, os vãos de todo o país. Segundo o advogado da Febracta, Roberto Sobral, o abandono de posto expôs todos os que utilizavam o espaço aéreo e, no entanto, somente os controladores de voo que participaram da paralisação foram indiciados De acordo

com a Febracta, 34 controladores de vôo, além de dezenas de sargentos e suboficiais foram transferidos ou afastados sem justificativa, o que caracterizaria uma perseguição aos militares que se rebelaram. Segundo os controladores, o sistema de tráfego aéreo continua precário, e cerca de 80% daqueles entrevistados pelo *O Estado de S. Paulo* disseram que pretendem prestar concurso para outra carreira. A Aeronáutica justificou que há evasão nas três Forças devido à falta de aumento dos salários. O brigadeiro Juniti Saito ressaltou que as denúncias dos controladores de que o sistema aéreo esteja incapacitado seria apenas uma maneira de “assustar a população”. Segundo o comandante da Aeronáutica, que garante que a situação do controle aéreo brasileiro é absolutamente normal, os militares “que não se conformarem com a lei e com a ordem terão de sair”.. De acordo com o diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), brigadeiro Ramom Borges Cardoso, houve um aumento de 400 controladores no quadro geral, contabilizando 2.700 funcionários, e, até o ano de 2010 o Brasil estará com o número ideal de controladores, que seria de aproximadamente 4.000. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/03/08*).

3- Militares da reserva se mobilizam para a revitalização de prédio histórico

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, militares da reserva iniciaram uma mobilização, no dia 30/03/08, em frente ao antigo edifício que abrigava o 2.º Batalhão de Guardas, na cidade de São Paulo (SP). Os militares reivindicam a revitalização do prédio construído em 1842, que também abrigou a companhia dos soldados cara-de-leão (símbolo do pelotão), considerada a vanguarda do Segundo Exército. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/08*).

4- Forças Armadas auxiliam no combate à dengue, na cidade do Rio de Janeiro

De acordo com o *Jornal do Brasil*, as Forças Armadas auxiliarão no combate à atual epidemia de dengue na cidade do Rio de Janeiro, capital do mesmo estado, enviando 1.700 militares, sendo que 500 homens deste contingente atuarão nos imóveis da região para detectarem e acabarem com os focos do mosquito transmissor da doença. Além disso, os militares formaram bases de assistência médica que começaram a receber os enfermos a partir do dia 31/03/08. Por conta da lotação das tendas, a Aeronáutica estuda a possibilidade de ampliar seu projeto e construir mais bases de atendimento na cidade. (*Jornal do Brasil – Rio – 31/03/08; Jornal do Brasil – Rio – 02/04/08; O Estado de S. Paulo – Vida – 29/03/08*).

5- Exército auxilia Ibama no combate a garimpos ilegais

O *Jornal do Brasil* divulgou que o Exército brasileiro auxiliou o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a fechar a fronteira do Brasil com a Colômbia para desmontar garimpos ilegais na região do rio Puruí, no Amazonas. A ação resultou na apreensão de oito dragas e na aplicação de multas de mais de R\$ 98 milhões. O fechamento da fronteira evitou que membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) resgatassem os garimpeiros infratores, como ocorreu em 2006 em uma ação semelhante. (*Jornal do Brasil – País – 02/04/08*).

6- Forças Armadas temem ameaças fronteiriças decorrentes da consolidação de reserva indígena em Roraima

O *Jornal do Brasil* divulgou que duas áreas em Roraima, Raposa e Serra do Sol, são palco de uma discórdia que perdura na Justiça há cinco anos. Os índios têm o direito reconhecido por todos os tribunais sobre a área de 1,7 milhão de hectares (área maior que muitos países europeus). O Exército mantém um pelotão especial de fronteira no centro da reserva, mas se recusa a ajudar na retirada dos não indígenas na região por uma questão de defesa das fronteiras. Segundo o jornal, em vários escritos produzidos por estrategistas militares há a preocupação com o vazio demográfico produzido por este tipo de reserva contínua. Essa desocupação do espaço fronteiriço, que ocorreria com a consolidação da reserva, dificultaria o controle das fronteiras, deixando-as mais suscetíveis aos mais diversos tipos de conflito por interesses de outros países. Dessa forma, a soberania e os direitos indígenas se chocam e, segundo o jornal, este deverá ser o primeiro grande debate do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as Forças Armadas, que são contrárias à demarcação da região. (*Jornal do Brasil – País – 02/04/08*).

7- General-de-brigada opina sobre o emprego das Forças Armadas em obras de infra-estrutura

Retomando o artigo publicado em 19 de março pelo presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, que contestou o emprego das Forças Armadas em obras de infra-estrutura, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o artigo de Luiz Roberto F. P. Antunes, general-de-brigada da reserva. Segundo o general, a necessidade de realização de obras de infra-estrutura de interesse da nação, aliada ao despreparo das empresas privadas, são justificativas para o emprego da Engenharia de Construção do Exército. Como exemplo, o general citou as obras de estradas na Amazônia realizadas por militares nas décadas de 1960 e 1970, que serviram para minimizar o sofrimento da população nordestina em função da seca. Nos casos emergenciais e de crise em que a atuação da Engenharia do Exército não seja suficiente, o Exército pode e deve atuar, segundo o general. Entretanto Antunes acredita não ser produtivo que se chegue ao ponto de haver concorrência com a iniciativa privada em obras públicas, pois o Exército deve se ater prioritariamente às suas funções constitucionais de garantia da lei e da ordem. O general ainda criticou a atuação das Forças Armadas nas fronteiras do país, uma vez que estas – através da Lei Complementar 117/2004, artigo 2º – têm poder de polícia nas faixas de fronteira, e pouco são utilizadas para problemas fundamentais como o crime organizado transnacional e o tráfico de drogas. (*O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/04/08*)

8- Coluna opinativa discute pertinência e viabilidade da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa

Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o almirante-de-esquadra reformado Mário César Flores apresentou uma reflexão sobre a necessidade de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, projeto que possui apoio e empenho do governo brasileiro. Segundo Flores, deve-se avaliar se os propósitos apresentados pelo ministro da Defesa brasileiro – “articular a elaboração de políticas de defesa, intercâmbio de pessoal, formação e treinamento de militares, realização de exercícios militares conjuntos, participação conjunta em missões de paz das

Nações Unidas, integração de bases industriais de defesa” – são pertinentes e realizáveis. Na opinião do almirante, o primeiro propósito merece atenção especial, uma vez que a política de defesa é um princípio nacional, e, neste sentido, os países da América do Sul não compartilham fundamentos nacionais comuns; o que, portanto, não justificaria a articulação de uma política de defesa sul-americana. Sobre os demais objetivos, Flores considera que não é indispensável a criação de um Conselho para tratar de tais assuntos, que já há algum tempo figuram na agenda sul-americana. Seria necessário incrementar tais propostas –como, por exemplo, a realização de exercícios militares conjuntos, a participação coordenada em missões de paz e a integração das indústrias de defesa – via mecanismos de cooperação política, militar e econômica já existentes e operantes. Flores ressaltou ainda que os contenciosos regionais devem ser tratados em foros políticos e econômicos adequados, como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e o Grupo do Rio, sendo então dispensável a criação de um organismo sub-regional para tratar de tais temas. O almirante concluiu que a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa deve ser prudentemente avaliada para evitar que as “circunstâncias sul-americanas e a ausência de consistente preocupação comum o transformem em foro de fricções com sabor militar, ou, mais provável, o tendam à inocuidade (...)”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 04/04/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais), Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).